

A CRISE POLÍTICA É O GRANDE PROBLEMA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 08.03.1983

A crise brasileira, que neste ano de 1983 tende a se aprofundar dramaticamente, é ao mesmo tempo econômica e política. Mas, se tivermos que privilegiar um desses dois aspectos como o mais importante, não há muita dúvida de que a crise política é o grande problema.

A crise econômica é o fenômeno mais aparente e leva muitos analistas a imaginar que seja o problema fundamental. E de fato, a crise do padrão de acumulação inaugurado no Brasil nos anos cinquenta é gravíssima. A recente maxidesvalorização do cruzeiro apenas sublinhou a gravidade dessa crise, levando a sociedade como um todo - empresários, classe média trabalhadores a uma profunda indignação. Esta indignação assumiu, inclusive, um caráter pessoal, ao concentrar-se sobre os três ministros da área econômica, cuja substituição vem sendo insistentemente solicitada.

O personalismo desse tipo de análise é evidentemente equivocado. Os erros e a falta de credibilidade dos ministros é muito menos consequência de suas próprias deficiências pessoais, e muito mais o resultado da falta de legitimidade de todo o Governo perante a sociedade. É esta falta de legitimidade que torna esse governo, apesar de todo o seu autoritarismo, um governo no plano da política econômica - fraco, paralisado, e, desde setembro de 1982 inteiramente dirigido pelo sistema financeiro internacional.

Na verdade, a solução da crise econômica, ainda que também dependa das próprias crises cíclicas do capitalismo, depende mais do que nunca de um Estado capaz de desenvolver uma política econômica com apoio da sociedade. Por isso a crise é essencialmente política. É a crise do regime autoritário de 1964.

Essa crise só poderá ser resolvida quando devolvido à sociedade o direito de mudar o Governo. E esta é mais uma razão para o caráter essencialmente político da crise. No plano econômico não há nenhuma fórmula salvadora para a crise. Nenhum empresário nem nenhum economista responsável da oposição teriam coragem de afirmar que tem

essa formula. É possível mudar muita coisa, mas as limitações impostas pela própria dinâmica da crise econômica nacional e internacional terão que se respeitadas.

No plano político, entretanto, existe uma solução que vai se tornando cada vez mais clara para a nação. É a reforma constitucional, que estabeleça uma nova forma de eleição do presidente da República. Eleições diretas certamente, talvez acopladas com o estabelecimento do parlamentarismo. Não há consenso sobre o parlamentarismo. Mas as negociações terão que ocorrer nessa área, já que é óbvio para todos que a escolha de um novo presidente, civil ou militar, pelo Colégio Eleitoral é inaceitável. Mais do que isto: é uma temeridade, porque implicará em manter e aprofundar a crise política e conseqüentemente a crise econômica. É uma não-solução que manterá a sociedade conflagrada em todos os seus níveis.

Nesse sentido, a trégua política solicitada pelo Presidente da República seria aceitável. Mas terá que passar no mínimo pela devolução à própria sociedade da forma de escolher o novo governo, daqui a dois anos; terá que passar pela mudança nas regras de escolha do novo Presidente.

A conciliação é hoje uma necessidade nacional diante da crise. Porque conciliação significa devolver ao Governo um mínimo de legitimidade que torne este país novamente governável. Mas a conciliação é inviável com a manutenção do regime intocado através da imposição, por mais dois anos, de um novo Presidente. A conciliação e a trégua têm como única condição a redemocratização do país.

Conciliar em termo de nomes é inútil. As classes dominantes estão ansiosas por uma conciliação, que hoje interessa também aos trabalhadores, mas de nada lhes servirá uma falsa conciliação, que não redemocratize o país, que não estabeleça as bases para um pacto social democrático sólido, para a qual o Brasil já está preocupado.(08/03)